



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NOTURNO
2º SEMESTRE/2023**

Rodrigo Molina Frantz

**A INCLUSÃO DO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO
SUPERIOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA UFSM**

Santa Maria/RS

2023

Rodrigo Molina Frantz

**A INCLUSÃO DO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO
SUPERIOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA UFSM**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Graduação em Educação
Especial, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Educação Especial

Santa Maria/RS

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NOTURNO
1º SEMESTRE/2023**

Rodrigo Molina Frantz

**A INCLUSÃO DO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO
SUPERIOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA UFSM**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Especial

Elisane Maria Rampelotto, Dra. (UFSM)
(Orientadora)

Tatiane Negrini, Dra. (UFSM)

Guacira de Azambuja, Dra. (UFSM)

**Santa Maria/RS
2023**

RESUMO

A INCLUSÃO DO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA UFSM

AUTOR: Rodrigo Molina Frantz

ORIENTADOR: Elisane Maria Rampelotto

O presente estudo tem como meta realizar uma análise acerca do processo de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito do Ensino Superior na Universidade Federal de Santa Maria/RS. Para referenciar o estudo será abordado o contexto sócio-histórico das políticas públicas educacionais brasileiras direcionadas a população com Deficiência por intermédio da efetivação dos atos normativos viabilizadores dos direitos à Educação; bem como compreender as estratégias utilizadas pela UFSM para a inclusão desse público no âmbito acadêmico. Desta maneira, o referido trabalho é norteado pela pesquisa qualitativa, cujos procedimentos metodológicos direcionam-se para a pesquisa bibliográfica, delimitada pelas produções realizadas na UFSM que discutem a temática em questão entre os anos de 2015 a 2023; bem como um levantamento documental realizado no Manancial da UFSM, nas legislações educacionais específicas ao objeto e aquelas próprias da Universidade. Foram contemplados apenas 05 (cinco) trabalhos, após a utilização de critérios de exclusão levando em consideração os seus descritores, títulos e palavras chaves. Assim, o trabalho encontra-se dividido em duas partes: a primeira, direciona-se para o processo da criação e efetivação das políticas públicas educacionais no contexto brasileiro para as Pessoas com Deficiência (PCD), especificamente, no Ensino Superior, apontando descritivamente e quantitativamente as políticas afirmativas condizentes a oferta de vagas no âmbito nacional e; a segunda parte, direciona-se para a efetivação da Educação Superior para as PCD na UFSM, apontando as perspectivas e os desafios postos para a concretização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)-como viabilizador do direito à Educação. A análise abrangente das cinco produções revela um cenário complexo e multifacetado no contexto da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Os estudos revelam desafios persistentes, desde a falta de recursos e estrutura adequada, incluindo barreiras arquitetônicas e a carência de tecnologias assistivas, até a necessidade premente de formação e capacitação adequada dos profissionais envolvidos na Educação Especial. Os avanços identificados, como a presença de Núcleos de Acessibilidade e a promoção de ações afirmativas, são indicativos promissores. No entanto, o progresso dessas práticas enfrenta obstáculos substanciais.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Ensino Superior; PCD; UFSM.

ABSTRACT

THE INCLUSION OF SPECIAL EDUCATION STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: A BIBLIOGRAPHICAL STUDY AT UFSM

AUTHOR: Rodrigo Molina Frantz
ADVISOR: Elisane Maria Rampelotto

The aim of this study is to analyze the process of inclusion of people with disabilities in higher education at the Federal University of Santa Maria/RS. In order to reference the study, the socio-historical context of Brazilian public educational policies aimed at the disabled population will be addressed through the implementation of normative acts that enable the right to education; as well as understanding the strategies used by UFSM for the inclusion of this public in the academic sphere. In this way, this work is guided by qualitative research, whose methodological procedures are directed towards bibliographical research, delimited by the productions carried out at UFSM that discuss the subject in question between the years 2015 to 2023; as well as a documentary survey carried out at UFSM's Manancial, in educational legislation specific to the object and those specific to the University. Only five (05) papers were included after exclusion criteria were used, taking into account their descriptors, titles and keywords. Thus, the work is divided into two parts: the first focuses on the process of creating and implementing public educational policies in the Brazilian context for People with Disabilities (PwD), specifically in Higher Education, pointing out descriptively and quantitatively the affirmative policies consistent with the offer of vacancies at national level and; the second part focuses on the implementation of Higher Education for PwD at UFSM, pointing out the perspectives and challenges posed for the realization of Specialized Educational Assistance (AEE) as an enabler of the right to Education. The comprehensive analysis of the five studies reveals a complex and multifaceted scenario in the context of the inclusion of people with disabilities in higher education. The studies reveal persistent challenges, from the lack of resources and adequate structure, including architectural barriers and the lack of assistive technologies, to the urgent need for adequate training and qualification of professionals involved in Special Education. The advances identified, such as the presence of Accessibility Centers and the promotion of affirmative action, are promising signs. However, the progress of these practices faces substantial obstacles.

Keywords: Inclusive Education; Special Education; Higher Education; PCD; UFSM.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1. TRAJETORIA	11
2. METODOLOGIA	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	14
3.1.1. A perspectiva dos atos normativos legais para inserção da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior	14
3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS EDUCACIONAIS: PROPOSITURAS PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) NO ENSINO SUPERIOR	21
3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM/RS).....	26
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	30
4.1. SÍNTESE DAS ANÁLISES	39
5. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Compreender o processo de inserção das Pessoas com Deficiência (PCD) no âmbito da Educação Superior requer uma análise crítica acerca da realidade social, político-econômica e cultural que esses sujeitos vivenciam diante das limitações dos possíveis obstáculos do cotidiano. Apesar da perspectiva legal-normativa que enquadra todas as pessoas como detentores de direitos através da promulgação da Constituinte de 1988, principalmente, em relação ao acesso à Educação, as pessoas com deficiência só passaram a ter acesso efetivo em meados da década de 1990, isto se deve a fatores relacionados a mudanças de paradigmas, legislação e políticas de inclusão, conscientização e ativismo e desenvolvimento de tecnologias e recursos que permitiram cada vez mais o avanço da inclusão destes indivíduos na sociedade.

Esse período marcou historicamente a criação e o reconhecimento por uma Educação Inclusiva, que ratifica a inserção desse público ao Ensino Regular que contribuíram com a criação de políticas públicas educacionais para as PCD, mesmo que primeiramente a prioridade foi o acesso à Educação Básica. Com isso, alguns atos normativos foram instituídos como forma de afirmar o direito desses sujeitos à Educação, a exemplo da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ Lei N° 9.394/1996); do Plano Nacional de Educação para Todos instituído no ano de 2001; da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008; sobre a criação do Atendimento Educacional Especializado em 2008; a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em 2012 e; a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas, através do Projeto de Lei N° 3. 035 de 2020.

Em conformidade com o Censo da Educação Superior 2019, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aponta que a proporção de ingressantes em cursos de graduação no ano de 2019, considerando-se o tipo de reserva de vagas, as pessoas com deficiência atingiram apenas 0,5% naquele ano.

Em 2019 foram 50.683 matrículas de graduação, ou 0,6% do total, são declaradas com registro de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Importa esclarecer que uma mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de declaração. Do conjunto de declarações, as mais

expressivas são: deficiência física (32,3%), baixa visão (27,4%) e deficiência auditiva (13,0%) (BRASIL, 2019, p. 37).

De acordo com os dados disponibilizados pelo INEP (2023), entre os anos de 2010 a 2021, a Universidade Federal de Santa Maria/RS teve cerca de 748 de matrículas de Pessoas com Deficiência (PCD) e Transtornos Globais de Deficiência (TGD), sendo que no ano de 2019, foram 83 vagas; no ano de 2020, 56 vagas e; no ano de 2021, 98 vagas no total. Essa realidade aponta uma oscilação no número de PCD a ocuparem as vagas nos cursos da referida instituição. Ao analisarmos o número de matrículas ofertadas pela Instituição, no contexto geral, percebemos que entre 2019 a 2021, em média, a UFSM obteve cerca de 22.263 novas matrículas. Diante disso, observamos que, apenas, 3,36% foram por PCD.

Diante do exposto, o referido estudo tem por objetivo realizar uma análise acerca do processo de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito do Ensino Superior da Universidade Federal de Santa Maria. Para isso, abordaremos o contexto sócio-histórico das políticas públicas educacionais brasileiras direcionadas a pessoas com deficiência, por intermédio da efetivação dos atos normativos viabilizadores dos direitos à educação, bem como compreender as estratégias utilizadas pela UFSM para a inclusão e permanência desse público no âmbito acadêmico.

No que tange a metodologia da pesquisa, nortearmos o estudo a partir da pesquisa bibliográfica, em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Dissertações e Teses, disponibilizados no Manancial Repositório da Universidade.

Este trabalho tem como problema de pesquisa questionar: Como o processo de inclusão das Pessoas com Deficiência no ensino superior tem sido abordado nas publicações científicas, entre 2015-2023, no Manancial do Repositório da UFSM?

E, como objetivo principal pretende-se: Analisar os trabalhos publicados no Manancial do Repositório da UFSM, entre 2015 -2023, acerca do processo de inclusão das Pessoas com Deficiência na UFSM.

Quanto aos objetivos específicos propõe-se:

- Realizar levantamento do material bibliográfico e leitura de reconhecimento e das publicações, entre os anos de 2015-2023, no Manancial do Repositório da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em relação ao processo de inclusão das Pessoas com Deficiência no ensino superior;

- Analisar o que os trabalhos publicados e selecionados dizem sobre o processo de inclusão da PCD no ensino superior.

1.1. TRAJETORIA

No início da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), inauguro o texto delineando meu percurso que culminou neste momento de significativa importância. Natural de Tupanciretã/RS, iniciei minha trajetória educacional em 2005 na Escola Estadual de Ensino Fundamental (E.E.E.F.) Dolores Paulino, localizada na cidade de Júlio de Castilhos/RS, onde cursei o ensino fundamental. Em 2016, no primeiro ano do ensino médio, minha família mudou-se para Gravataí/RS, ocasião em que me matriculei na Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M.) Adelaide Pinto de Lima Link – Polivalente, onde permaneci até o segundo ano do ensino médio. Em 2017, retornamos a Júlio de Castilhos, onde concluí o ensino médio no Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra.

Inicialmente, minha aprovação via Sistema de Seleção Unificada (SISU) havia sido direcionada ao curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet no Politécnico/UFSM. Contudo, devido ao fato de um dos meus irmãos possuir deficiência física, sempre nutri um interesse em aprofundar meu conhecimento acerca da acessibilidade, das barreiras arquitetônicas e das políticas vigentes e pregressas que influenciaram o atual panorama da acessibilidade. No final do primeiro semestre de 2019, fui compelido a retornar ao mercado de trabalho para sustentar minha estadia longe de minha cidade natal. Como resultado, no segundo processo seletivo do SISU (SISU 2), efetuei minha inscrição no curso de Educação Especial, na modalidade noturna. Deste modo, iniciei meus estudos no segundo semestre de 2019 e, após quatro anos e meio de dedicação, estou prestes a concluir meu curso.

2. METODOLOGIA

Ao tratarmos da pesquisa social como elemento preponderante para a investigação do objeto estudado, partimos para a compreensão de “definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 06). A partir disso, a pesquisa tem por base a abordagem qualitativa que, por sua vez, apresenta uma determinada aproximação sucessiva com o objeto em investigação, mostrando ao pesquisador a importância de olhar de maneira diferente, sem usar ideias comuns,

para que ele possa analisar a situação de forma mais profunda e crítica., apontam Lima e Miotto (2007).

Com vistas a alcançar o nosso objetivo principal “Analisar as produções relativas aos trabalhos publicados no Manancial do Repositório da UFSM”, buscamos a partir da pesquisa bibliográfica. Compreendemos que a pesquisa bibliográfica é “constituída principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 1999, p. 50).

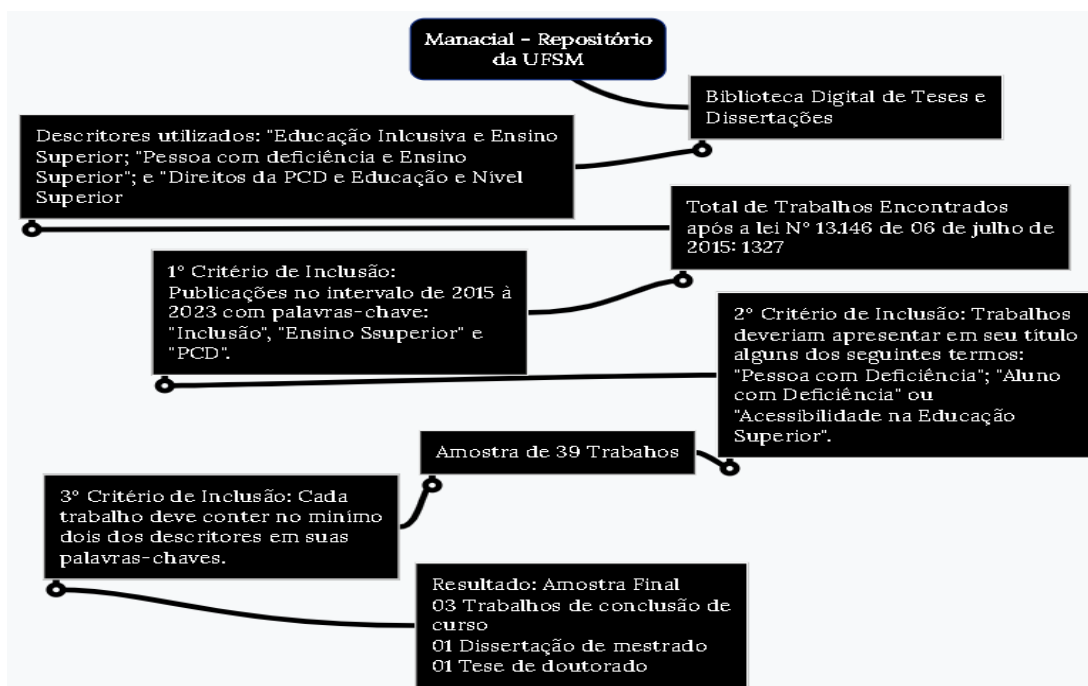
A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, baseada por livros e artigos científicos, recorrendo a fontes diversificadas e variadas acerca da temática abordada, “auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (GIL, 1994 apud LIMA e MIOTTO, 2007, p. 40).

Foram utilizados como critérios de inclusão, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações e Teses, que utilizassem o idioma português e foram definidos pelos seguintes descritores: “Educação Inclusiva e Ensino Superior”; “Pessoa com Deficiência e Ensino Superior” e “Direitos da PCD e Educação de Nível Superior”. Inicialmente foi realizada uma busca dentro do Manancial Repositório da UFSM utilizando a biblioteca digital de teses e dissertações com a data posterior a Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, nesta busca foram encontrados 1.327 trabalhos. Em segundo momento, utilizou-se as palavras-chave “Inclusão”, “Ensino Superior” e “PCD”. Este último descritor foi considerado também os termos: aluno com deficiência, acadêmico com deficiência e estudante com deficiência. Nesta fórmula foram encontrados 292 trabalhos.

Para o critério de inclusão, os trabalhos deveriam apresentar em seu título alguns dos seguintes termos: “Pessoa com Deficiência”, “Aluno com Deficiência” ou “Acessibilidade na Educação Superior”. Nesta fórmula foram encontrados 39 trabalhos. Para realizar a filtragem desses trabalhos, utilizou-se para critério de exclusão, que cada trabalho obtivesse, no mínimo, dois dos descritores em suas palavras chaves.

Desta forma chegou-se ao número de 05 (cinco) trabalhos que se assemelham com a finalidade desta pesquisa, como aponta a Figura 02.

Figura 02– Fluxograma de produções acadêmicas – Manancial da UFSM



O **Quadro 1** a seguir apresenta os trabalhos selecionados para a fundamentação e análise do respectivo trabalho.

Quadro 1 – Produções Acadêmicas da Universidade Federal de Santa Maria/RS – 2015 a 2023

REPOSITÓRIO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	ANO	NÍVEL DE TRABALHO	AUTOR E CÓDIGO	LINK DE ACESSO
Manacial – Repositório da UFSM	Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do núcleo de acessibilidade da UFSM	2021	Dissertação de Mestrado	Pereira, Daiane Flores (P5)	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23022
Manacial – Repositório da UFSM	A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior: obstáculos e possibilidades	2018	Tese de Doutorado	Breitenbach, Fabiane Vanessa (P4)	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16240
Manacial – Repositório da UFSM	A permanência de acadêmicos com deficiência visual na UFSM: desafios e possibilidades	2018	TCC de Graduação	Ferraz, Simone Tonatto (P3)	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15330
Manacial – Repositório da UFSM	A docência e o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior	2018	TCC de Graduação	Machado, Andressa (P2)	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15517
Manacial – Repositório da UFSM	Atendimento educacional especializado: ação da equipe interdisciplinar na educação superior	2017	TCC de Graduação	Bueno, Evelyn da Rocha (P1)	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17840

Fonte: Elaborado pelo autor/2023

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

3.1.1 A perspectiva dos atos normativos legais para inserção da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior

Tratar de políticas públicas implementadas no contexto brasileiro direcionadas às Pessoas com Deficiência (PCD) nos faz perceber como o processo discriminatório e capacitista perpetuou na sociedade e no interior da Educação. A implementação de ações educacionais afirmativas teve êxito a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da efetivação da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e, posteriormente, com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, viabilizando, assim, o direito à Educação e demais direitos sociais.

A Carta Magna de 1988 traz algumas pontuações pertinentes para o reconhecimento das pessoas com de deficiência como sujeitos de direitos, a exemplo da responsabilização dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios -, de legislarem a favor do processo de “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, promovendo a proteção à infância e a juventude” (CF, 1988, Art. 24, Incisos XIV-XV).

Dentro desse processo de legitimação da PCD, a CF/88, direciona para o Estado o dever de promover o acesso à Educação, devendo ser efetivada “mediante a garantia do atendimento educacional especializado (AEE) aos portadores de deficiência, principalmente na rede regular de ensino” (CF, 1988, Art. 208, Inciso III).

A CF/88 além de responsabilizar o Estado, coloca para a família e para toda a sociedade a obrigatoriedade de assegurar à

criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, 1988, Art. 227, Capítulo VII, s/p).

Nesse sentido, o Poder Legislativo, ao estabelecer a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência, seja física, seja sensorial ou mental, visa garantir que haja uma integração social desses sujeitos

nas mais variadas políticas públicas, principalmente, na Educação Especial e Inclusiva.

Para isso, é pertinente que haja qualificação e treinamento das equipes técnicas e pedagógicas no processo de trabalho e para a convivência com demais alunados, facilitando o “acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação” (EC N° 65/2010).

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNPCD), instituída pelo Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, traz à tona algumas orientações para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais e, o acesso à cidadania através da inclusão e sociabilidade. A referida política apresenta algumas definições e diferenciações a respeito da Deficiência e Incapacidade, considerando que

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – àquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999, s/p).

É pertinente a compreensão de que a Pessoa com Deficiência (PCD) não pode ser considerada incapaz de apreender, de inserir-se nos espaços, mesmo que a legislação rígida, trate, em sua maioria, as PCD como incapazes de exercerem determinadas funções que demais sujeitos realizam.

As limitações e barreiras postas pelas deficiências em sua diversidade, não são critérios ou empecilhos para que a PCD não adentre nos espaços educacionais. O que percebemos é um processo de adaptabilidade e funcionalidade dos mecanismos pedagógicos para a promoção e efetivação da educação.

Com isso, a Política Nacional da Pessoa com Deficiência aliada a Política Nacional de Direitos Humanos busca garantir que haja uma articulação conjunta entre o Estado e a sociedade civil para a inserção desses sujeitos no contexto socioeconômico e cultural, promovendo o acesso ao lazer, ao conhecimento educacional, aos benefícios socioassistenciais.

Para isso, será necessário o estabelecimento de estratégias legais e operacionais que garantam o acesso ao bem-estar social, político, econômico, como garantindo nos atos normativos legais; bem como ser tratado sob a perspectiva da igualdade, devendo oportunizar os mesmos direitos, sem que haja paternalismo ou privilégios.

Desta maneira, a referida política tem por objetivos:

- I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;
- II - Integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;
- III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;
- IV - Formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência; e
- V - Garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social (BRASIL, 1999, Capítulo IV, s/p).

O acesso à Educação se coloca como critério da Política Nacional da Pessoa com Deficiência, tendo em vista o estabelecimento da oferta da Educação Especial e Inclusiva, reafirmada legalmente, colocando para os sujeitos a oportunidade de adentrarem no Ensino Regular, levando em consideração as limitações postas pelo acometimento da doença.

A política em questão, estabelece um rol de critérios a serem exercidos, de forma imediata, pelas unidades escolares, tendo em vista o direcionamento no número de reserva de matrícula para as PCD e do processo de adaptação institucional para o recebimento desses alunos no Ensino educacional. Assim, a oferta educacional deve ser compreendida como obrigatória e gratuita nos estabelecimentos de ensino público; garantindo a inclusão da Educação Especial como modalidade escolar, compreendendo a transversalidade de todos os níveis de ensino: Fundamental, Médio e Superior. A oferta da educação proposta pela legislação não se restringe aos muros escolares, contemplando a obrigatoriedade

dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo (BRASIL, 1999, Art. 24).

A educação especial se configura como uma modalidade educacional ofertada na Rede Ensino Regular para àqueles sujeitos que apresente alguma limitação educacional especial, devendo ser flexível, dinâmica e de forma individualizada, levando em consideração as potencialidades de cada aluno em atendimento educacional especializado. Com isso, para aprimorar o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial dos alunos acometidos com alguma deficiência é preciso que haja a inserção do alunado a partir do zero ano de vida, porém essa orientação normativa, não descarta a inserção dos sujeitos com idades superiores ao estabelecido em lei.

Para a viabilização da oferta da educação especial, deve as gestões escolares de ensino estabelecerem o processo de qualificação profissional, orientados pela formação de uma equipe multiprofissional, cuja especialização seja direcionada para o cumprimento das ações pedagógicas com os alunos com PCD, adotando estratégias de ensino de forma individualizadas.

Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando. [...].

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência (BRASIL, 1999).

Glat, Pletsch e Souza Fontes (2007) ao dialogarem a respeito do processo da educação especial e inclusiva indagam a importância de compreenderem que, a inserção dessa modalidade no âmbito da educação, se apresenta como uma "nova cultura escolar", tendo como propositura desenvolver um rol de "respostas educativas" que acolha todos os alunos.

E, essa relação não direciona, prioritariamente, a inserção do aluno, pelo viés burocratizante da matrícula no ensino regular, mas objetiva a permanência e a manutenção do estudante com deficiência no ensino regular, estabelecendo um aproveitamento educacional propositivo, atendendo cada particularidade.

Para os autores Glat, Pletsch e Souza Fontes (2007, p. 345)

Esta forma de atuação da Educação Especial não é contraditória aos princípios da Educação Inclusiva; ao contrário, numa escola aberta à diversidade as duas propostas se complementam. A Educação Especial constitui-se como um arcabouço consistente de saberes teóricos e práticos, estratégias, metodologias e recursos que são imprescindíveis para a promoção do processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiências e outros comprometimentos, matriculados no ensino regular

Dentro dessa dinâmica, outros arcabouços legais passaram a ser instituídos em defesa da continuidade da oferta educacional as pessoas com deficiências, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015), conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem por objetivo “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

O referido ato normativo redesenha o significado de “pessoa com deficiência”, trazendo a perspectiva inclusiva de forma assertiva, retirando do eixo legal o contexto incapacitante, como apontando anteriormente.

A mudança corrobora para que a avaliação da deficiência, englobe o contexto biopsicossocial, levando em consideração as percepções técnicas realizadas por equipes multiprofissionais e interdisciplinares; bem como os impedimentos estruturais do corpo humano, a influência do ambiente social que convivem, devendo analisar os fatores psicológicos e pessoais experienciados no âmbito familiar e, se há uma barreira, limitações ou restrições particulares que influenciem no desenvolvimento das atividades.

Assim, considera-se pessoa com deficiência

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência reafirma o princípio da dignidade humana, sinalizado no Art. 27 da Lei 13.146/2015, que assegura uma educação inclusiva dentro de todas as fases do ensino regular e por toda a trajetória de vida, objetivando alcançar de forma expressiva o desenvolvimento das habilidades físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, sociais e intelectuais, em conformidade com o interesse e individualidade diante das estratégias de ensino-aprendizagem.

Martins, Pereira Leite e Lacerda (2015) colocam que, apesar das promulgações legais que viabilizem o acesso à educação às pessoas com deficiência, no Brasil, há uma correlação de forças substanciais e antagônicas referentes ao processo de unificação dos discursos do direito e da igualdade, exclusivamente, no contexto da oferta de serviços e benefícios direcionados as pessoas em vulnerabilidade social.

E, isso recai, precisamente, na PCD, em que o Estado acaba por contribuir com a ampliação e exploração mercantilizada da educação, fragmentando, assim, o acesso ao direito coletivo, e tomando medidas excludentes por falta de preparação adequada de algumas instituições de ensino que não seguem com as orientações legais.

Na Educação Especial, esse processo é identificado na crescente ascensão das instituições especializadas, financiadas por recursos públicos, mas em posse de pessoas e grupos com interesses individuais. Ao transferir a responsabilidade pela educação da pessoa com deficiência para essas instituições, o governo se eximiu de seu papel retirando desse público o direito ao acesso à educação pública em situação de igualdade com os demais membros da sociedade (MARTINS, PEREIRA LEITE E LACERDA, 2015, p. 986).

Apesar dessa configuração negativa no interior da educação, observa-se que a defesa do direito da pessoa com deficiência a educação é recorrente, em que os sujeitos estão cada vez mais conscientes da acessibilidade educacional, bem como da responsabilidade estatal em ofertá-la. E isso, pode ser visto na obrigatoriedade definida no Art. 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência que prevê a criação de um projeto pedagógico que viabilize o atendimento educacional especializado, serviços e adaptações necessárias para que haja a acolhida dos estudantes em conformidade com o tipo de limitação e barreira que cada indivíduo possui.

O Estatuto realiza uma continuidade de orientações cabíveis para o contexto da Educação Inclusiva e Especial da Pessoa com Deficiência, a exemplo da

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; [...];
XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; [...];
XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e

às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;
XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015, Art. 28).

Cunha (2010, p. 06) dialoga dentro dessa perspectiva, aponta a necessidade de "proporcionar uma aprendizagem contextualizada, significativa e atrativa" dentro de uma estrutura educacional inclusiva", colaborando para que haja uma abertura para a interagir, aprender, criar e ter acessos a novos processos educacionais que intervenha diretamente nas limitações existentes, valorizando as potencialidades individuais de cada aluno.

Compreender a perspectiva de um sistema educacional inclusivo, como aponta Kassar (2011) requer perceber a criação de uma estrutura que viabilize o acesso as unidades educacionais e, não se constitua como um sistema segregador, estabelecendo uma política educacional para as pessoas consideradas normais ou "anormais", pois isso acarreta no processo de inviabilização de crianças, jovens e adultos no âmbito da educação.

Dentro dessa forma de pensar a educação, muitas crianças estiveram longe das escolas públicas (não apenas crianças com deficiências). A política educacional atual impele a outras práticas escolares, diferentes das construídas historicamente. Para essa nova direção, o governo federal estabeleceu um caminho: a matrícula em classe comum e o apoio de atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar a escolaridade (KASSAR, 2011, p. 76).

Desta maneira, compreende-se que a promoção e a defesa pelo direito à educação da PCD vêm avançando gradativamente, diante da afirmação dos atos normativos legais em curso. Ofertar educação, no contexto brasileiro, diante do processo de mercantilização e tentativas recorrentes de privatização dos espaços públicos educacionais, é um desafio gradual, que acaba por atingir a população de forma incisiva, pois a falta de recursos suficientes destinadas para a oferta da Educação Especial e Inclusiva acaba por inviabiliza a ampliação do número de vagas e das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atenda todos àqueles que do atendimento necessitar.

A partir disso, buscaremos analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a inserção das pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro, apresentando as potencialidades desse processo, bem como os desafios postos pela dinâmica mercantilista e privatista que se ancora na Emenda Constitucional N°

95/2016 acabando por suprimir os recursos destinados a oferta da Educação Especial em toda sua conjuntura. A referida emenda criou uma regra constitucional para as despesas primárias do Governo Federal, a partir dela, os gastos só passariam a ser reajustados ano a ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Rossi, Oliveira e Arantes afirmam que:

Também, na prática, a medida aprovada por Temer desvincula os gastos com saúde e educação, que tinham percentuais de gastos constitucionalmente garantidos. O mínimo para os gastos públicos da União com educação, estabelecido pelo Artigo 212 da Constituição Federal, como discutido no capítulo 2, é de 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Já a EC 95 prevê que, em 2017, o gasto mínimo com educação será 18% da RLI e, a partir de então, terá como piso o mínimo congelado em 2017, reajustado somente pela inflação (ROSSI; OLIVEIRA; ARANTES, 2017, p. 11).

Nesse sentido, a EC N° 95/216 passou a limitar os recursos destinados para o financiamento da política de Educação, tendo em vista que o processo de contingenciamento dos recursos baseou-se pela inflação dos anos anteriores, consubstanciando numa alternância orçamentária; bem como atingindo a oferta dos serviços educacionais em todo território brasileiro.

3.2 Ações afirmativas educacionais: proposituras para inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) no Ensino Superior

Iniciar o debate a respeito da Educação Especial e Inclusiva para as Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, nos remete a compreensão de uma trajetória árdua, diante das fragilidades e complexidades direcionadas para as políticas públicas educacionais. Ofertar educação é viabilizar e promover cidadania para aquelas que são estigmatizadas pela sociedade como sujeitos incapazes de adentrarem em uma Universidade e garantir a permanência durante o período de ensino-aprendizagem.

A pessoa com deficiência, como afirmado anteriormente, detém dos mesmos direitos que as outras pessoas que não são acometidas por algum tipo de deficiência. Antunes e Amorim (2020) ressaltam que a Universidade, a partir da perspectiva do Ensino, Pesquisa e Extensão, tem a finalidade de possibilitar que ações afirmativas, com funções sociais condizentes com a produção do conhecimento, acabe por perpetuar a promoção da ciência e da tecnologia, como também o aprimoramento das relações culturais e sociais vivenciadas pelos sujeitos que nela estão inseridos.

Assim, a Universidade, diante da complexidade e diversidade social, deve ser analisada a partir da ótica democrática, atendendo todos os sujeitos dentro de um viés que inclua e agregue todas as diferenças. E, com isso, implementar políticas públicas inclusivas necessita promover a fragmentação e a ruptura de uma cultura segregadora e excludente que, por sua vez, acaba por desqualificar uma luta pela efetivação da igualdade, equidade e com a promoção da dignidade humana.

Para as pessoas com deficiência, o ensino superior era algo inatingível, considerando os critérios de seleção que historicamente marcaram o acesso à universidade. Além disso, a cultura universitária foi e, em alguma medida ainda é marcada por padrões de excelência que pressupõem que apenas os “mais capazes”, ou melhor, aqueles que se adaptam a essa cultura, alcancem êxito nos estudos (ANTUNES E AMORIM, 2020, p. 1468).

Para dirimir os processos excludentes das pessoas com deficiência no acesso ao Ensino Superior, foi instituída a Lei de Cotas (Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012) que garante o percentual de, no mínimo, 50% do acesso para aqueles estudantes que cursaram o Ensino Médio, exclusivamente, na Rede Pública de Ensino.

Dentro dessa conjuntura, cria-se a obrigatoriedade para as instituições de ensino estabelecerem dentro desse percentual o direcionamento das vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, como também as pessoas com deficiência. Essa ação afirmativa promove o acesso dos sujeitos considerados “abjetos” pela sociedade à Educação Superior, transformando a vivência dos sujeitos, de forma gradativa, pois o processo formativo viabiliza o acesso, posteriormente, ao mercado de trabalho, afirmando, assim, a autonomia das situações econômicas e culturais próprias.

O Ministério da Educação (MEC), criou como estratégia de inclusão, o Programa Incluir, cuja finalidade é a garantia do acesso pleno das pessoas com deficiência ao Ensino Superior. Essa ação afirmativa busca promover a criação e a consolidação dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior que, por sua vez, obtém a responsabilidade e o dever de integrar as pessoas acometidas por alguma deficiência no contexto acadêmico.

O Programa em questão sinaliza algumas modificações necessárias para que a oferta a Educação no Ensino Superior seja ofertada de forma eficaz, a exemplo de algumas mudanças arquitetônicas das instituições de ensino, compreendendo o

processo de acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência; a adequação de professores com especialização em Libras e em Braile, colocando para os estudantes a oportunidade de promover o acesso ao conhecimento acadêmico.

As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013).

O Ministério da Educação (MEC), através do INEP, apresentou entre os anos de 2014 a 2021, o número de ingressantes no Ensino Superior através do Programa Incluir, demonstrando o percentual de acesso à educação das pessoas com deficiência em todo território brasileiro, como aponta a tabela 01, a seguir.

Tabela 01 – Participação do número de ingressantes, vagas Programa Especial

ANO	NÚMERO DE INGRESSANTES	PERCENTUAL (%)
2014	64.200	1,80
2015	61.315	1,79
2016	47.839	1,37
2017	34.473	0,91
2018	34.968	0,87
2019	32.021	0,75
2020	40.164	0,90
2021	43.782	0,94

Fonte: Inep Data. Governo Federal. Adaptado pela/o autor/a. 2023.

A tabela 01 apresenta algumas possibilidades de avaliação: oferta no quantitativo de vagas; Gestão Governamental e; acessibilidade. Em se tratando no número de vagas ofertadas pelas instituições de Ensino Superior regulamentadas, deve ser levado em consideração, a priori, que as vagas nem sempre são ocupadas pelos estudantes; o segundo momento, é compreender que o acesso educacional as Universidades e Instituições Federais se dão pelos Programas SISU, PROUNI e FIES, seja no âmbito público seja privado.

Em um terceiro momento, deve analisar as medidas estipuladas durante as Gestões Governamentais que se encontrara no poder, seguindo a seguinte lógica: 2014-2015; 2016-2018 e; 2019-2021, representado os Governos Petistas, Mdbistas e o PL, respectivamente. As agendas de Governo devem ser analisadas, pois as políticas direcionadas para a Educação, incluindo a Educação Superior, Inclusiva e Especial, afetam diretamente as pessoas que necessitam do acesso e da permanência ao processo de ensino-aprendizagem.

Analisando a tabela 01, nos deparamos com os seguintes dados, entre os anos de 2014 e 2015, a oferta e o número de vagas se apresentam de forma estagnada, com um percentual de acessibilidade entre 1,80% e 1,79% respectivamente. Isso demonstra que a transferência de recursos para a manutenção da oferta educacional especial e inclusiva, estavam fortalecidos.

Entre os anos de 2016 a 2018, a política de Educação em sua totalidade, passa a sofrer com o impacto da Emenda Constitucional N° 95/2016 que estabelece o teto dos gastos públicos por 20 anos/exercícios financeiros, baseado na inflação do ano anterior.

Isso significa que a política de Educação passa a perder recursos financeiros a cada ano e, conseqüentemente, passa a reduzir o número de ofertas de vagas da Educação à população, principalmente, as pessoas com deficiência. Assim, percebe-se que, durante os anos de 2016, 2017, 2018, a redução na oferta reduziu de forma progressiva - 1,37%, 0,91%, 0,87% - respectivamente. A tendência, para o período, era o de declinação ao acesso à educação.

Entre os anos de 2019 a 2021, o cenário é modificado. No ano de 2019, havia uma continuidade declinante no número de vagas nas instituições federais de Ensino, representando apenas 0,75%. Isso demonstra a falta de compromisso governamental com a Educação Pública. Porém, nos anos subsequentes – 2020 e 2021-, o país é atingindo pela Pandemia da Covid-19, que atingiu drasticamente toda população mundial.

Diante do contexto pandêmico, o Ensino educacional passou a ser trabalhado de forma remota e/ou híbrida, em que os estudantes passaram a isolar-se socialmente, como meio de evitar a ampliação da contaminação da doença e, com isso, passaram a ter acesso de forma incisiva as tecnologias afirmativas e educacionais. Assim, houve uma intencionalidade governamental e mercantilista, em ofertar o acesso à educação através da modalidade Educação à Distância (EAD).

Essa modalidade já existia anteriormente, debaixo de críticas severas diante da forma como é instituído o processo de ensino-aprendizagem. Mas, houve um interesse maior dos estudantes em adentrarem nessas possibilidades, acarretando uma elevação no número de matriculados passando de 0,90% em 2020, para 0,94% em 2021.

Ressalta-se que, a Gestão Governamental que se encontrara no poder no período, após pressão popular, utilizou como estratégia econômica, realizar o chamado “furo” do Teto dos Gastos Públicos e direcionar a verba para a Educação e Instituições de Ensino Particular e, assim, favorecer o mercado financeiro em detrimento da população.

Dentro dessa realidade, pela quantidade de Instituições de Ensino Superior no país, percebe-se que a oferta de vagas do Ensino Superior deveria ser mais ampla e, não haver uma redução como veio ocorrendo desde o ano de 2016 como apresentado na Tabela 02, abaixo:

Tabela 02 – Número de Instituições de Ensino Superior ofertado no Brasil - 2021

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE		IF E CEFET	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Públic a	Privada	Pública	Privad a
2021	2.574	113	91	12	338	147	1.832	41	N.A.

Fonte: Censo da Educação Superior – Ano 2021. Adaptado pela/o autor/a. 2023.

A tabela 02 nos mostra, de forma bem nítida, o avanço da Educação de Ensino Superior no âmbito da Instituição Privada, comparado à abertura de novos polos universitários educacionais de Ensino Superior, corroborando com o processo de mercantilização da educação existente.

A migração dos alunos com deficiência para a oferta do Ensino Superior no contexto da Educação Privada, principalmente, na modalidade da Educação à Distância, no ano de 2021, apresenta um leque de motivações e consequências para educação. Sabe-se que, os processos de acessibilidade, a locomoção até alguma instituição de ensino, bem como a adaptabilidade à sala de aula, é colocada como desafios para as pessoas com deficiência e, a oferta educacional, em alguns casos,

pela EAD, pode facilitar para que haja a permanência do aluno no Ensino Superior, bem como a conclusão do curso.

Diante do exposto, debateremos a seguir, a respeito do processo de inserção dos estudantes/pessoas com deficiência na Universidade Federal de Santa Maria/RS, compreendendo os processos que levaram a promoção da Educação Especial e Inclusiva, bem como analisando as ações afirmativas que permeiam pela permanência dos alunos no âmbito acadêmico. Para isso, realizaremos um debate articulado com autores, cuja proximidade com a temática é comum, apresentando os desafios e as potencialidades que norteia a oferta educacional nas Instituições Federais de Ensino Superior.

3.3 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS)

Tratar do contexto educacional nos leva a perceber a importância das Universidades Federais na promoção do Ensino, Pesquisa e Extensão, ressaltando as potencialidades criadas no acadêmico/institucional para a oferta da política de Educação e o Ensino Superior. Nessa perspectiva, a viabilização da Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior não pode estar aquém dos processos formativos, tendo como base precípua a inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência nos espaços formativos.

Desta maneira, a Universidade Federal de Santa Maria, localizada no Estado do Rio Grande do Sul/RS, encontra-se instalada nas mediações do interior.

De acordo com o referido Portal da UFSM/RS (2023), a regulamentação das atividades institucionais educacionais da UFSM/RS, encontra-se pautadas nas legislações: Lei N. 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC N. 156, de 12 de março de 2014 e pelo Regimento Geral, aprovado na 722^a Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer N. 031/2011, de 15 de abril de 2011, e Resolução N. 06, de 28 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, N. 151, de 8 de agosto de 2014.

Historicamente, a UFSM/RS foi federalizada a partir da promulgação da Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965, e passou a denominar-se, então, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O Parecer n. 465/71/CFE aprovou o Estatuto UFSM/1970, que reestruturou a UFSM, com a criação dos seguintes órgãos na sua estrutura superior: o Conselho de Ensino e Pesquisa, o Conselho de Curadores e a Reitoria; e na sua estrutura intermediária: as Faculdades e Institutos foram substituídos por oito Unidades de Ensino, sendo uma de Estudos Básicos e sete de Formação Profissional. Na sua estrutura inferior, foram criados os Departamentos Didáticos.

Em conformidade com o Portal da UFSM (2023), com a efetivação do Estatuto UFSM/1978, algumas modificações foram propostas para que ocorresse a realização de uma nova reestruturação dos Centros de Ensino, criando, transformando ou alterando a denominação das oito Unidades de Ensino para Centros e criando as Pró-reitorias e subunidades.

No ano de 2004, a Universidade Federal de Santa Maria/RS passou a incorporar na Grade Curricular da instituição, o Ensino à Distância, sendo regulamentada pela Resolução N° 002/2004, de 30 de janeiro de 2004, bem como pela Portaria N° 4.208, de 17 de dezembro de 2004, emitidas pelo Ministério da Educação.

O credenciamento para atuar nessa modalidade de ensino deu-se pela implementação do Curso de Graduação em Educação Especial (licenciatura) e do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial – Audiocomunicação e Deficientes Mentais (MEC. BRASIL, 2004).

Essa implementação passou a viabilizar à população acometidas por algum tipo de deficiência do Rio Grande do Sul, o direto à Educação de Ensino Superior, fragmentando todos os estereótipos criados pela sociedade que, por sua vez, acabam por limitar e inviabilizar a transformação social, política e cultural desses sujeitos.

A partir de 2010, a UFSM passa a ofertar 10 (dez) novos cursos de Graduação, possibilitando a abertura de novas vagas, como também, proporcionar à sociedade um avanço tecnológico, a partir do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária. Com isso, no referido ano, a UFSM promoveu a oferta de 126 cursos de Graduação para o referido ano, contemplando cerca de 5.796 ingressantes em todas as áreas acadêmicas, 17.692 matrículas nos mais variados cursos da Universidade em questão, como aponta a Figura 01, a seguir.

Figura 01 – Dados Gerais – UFSM/RS – Entre os anos de 2010 a 2021

Ano	IES	Cursos	Vagas	Ingressantes	Matrículas	Concluintes
2010	1	126	5.793	5.868	17.262	2.035
2011	1	127	4.944	5.501	18.505	2.590
2012	1	132	5.653	6.151	19.460	2.623
2013	1	134	10.311	5.539	19.667	2.687
2014	1	138	9.857	5.470	20.088	2.789
2015	1	142	7.801	5.730	20.551	2.962
2016	1	126	8.005	5.787	20.444	2.696
2017	1	131	9.316	6.787	21.304	3.072
2018	1	127	8.190	5.802	20.446	2.750
2019	1	126	8.031	6.081	20.583	2.687
2020	1	126	8.357	5.903	22.722	2.155
2021	1	125	6.999	4.926	23.485	2.359

Fonte: Censo Educação Superior (2023).

A figura 01 acima demonstra o processo evolutivo da UFSM entre os anos de 2010 a 2021, apontando a variedade no número de Cursos de Graduação ofertados pela unidade de ensino, o quantitativo de vagas disponíveis, bem como a correlação entre os quantitativos de ingressantes e concluintes da instituição. Nesse sentido, entre os anos de 2019 a 2021, observou que no último ano (2021) houve uma redução na oferta de Cursos de Graduação (125); a redução no número de vagas ofertadas, passando de 8.357 para 6.999, representando cerca de -16,25%.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INEP (2023), entre os anos de 2010 a 2021, a Universidade Federal de Santa Maria/RS ofertou cerca de 748 vagas para Pessoas com Deficiência (PCD) e Transtornos Globais de Deficiência (TGD), sendo que no ano de 2019, foram 83 vagas, no ano de 2020, 56 vagas e, no ano de 2021, 98 vagas no total. Essa realidade aponta uma oscilação no número de PCD a ocuparem as vagas nos cursos da referida instituição. Ao analisarmos o número de matrículas ofertadas pela Instituição, no contexto geral, percebemos que entre 2019 a 2021, em média, a UFSM/RS obteve cerca de 22.263 novas matrículas. Diante disso, observamos que, apenas, 3,36% foram contempladas por PCD.

No que diz respeito aos Cursos de Graduação com maior número de ingressantes, temos o curso de Pedagogia que contempla cerca de 3.665 estudantes; Administração com 2.816; Formação pedagógica de professores para a Educação Básica com 2.573; Agronomia com 2.297; **Educação Especial formação de professor com 2.065**; Economia com 1.713, Zootecnia com 1.552; Medicina com

1.465; Engenharia florestal com 1.365; Engenharia de Alimentos com 1.316, segundo os dados fornecidos pela Sinopse Estatística da Educação Superior 2021, disponibilizado pelo INEP (2023).

A Universidade Federal de Santa Maria/RS, em relação a inclusão das pessoas com deficiência, busca promover o acesso dos estudantes em conformidade com algumas especificidades, a exemplo da Surdez, do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), como aponta o Portal da UFSM/RS (2023). Para que isso seja efetivado, a instituição, a partir dos Núcleos de Inclusão Social, realiza

o acolhimento dos estudantes, a identificação/avaliação das demandas de acessibilidade, a comunicação às coordenações de curso da condição do estudante, a oferta de atendimentos especializados e o serviço de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (UFSM;2023, s/p).

A UFSM/RS disponibiliza um “leque” de documentos orientadores e serviços direcionados para o processo de acessibilidade e promoção do acesso à Educação Especial e Inclusiva na unidade, como aponta o Quadro 02, abaixo.

QUADRO 02 – Documentos Orientadores e os Serviços ofertados para os processos de inclusão dos estudantes PCD’S na UFSM/RS

DOCUMENTOS - Estratégias de Acessibilidade	SERVIÇOS
Informações importantes para Estudantes Surdos	Solicitação de Atendimentos Especializados
Como facilitar a inclusão de estudantes com deficiência	Solicitação de Intérprete de Libras
Guia: Transtorno do Espectro Autista TEA na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Superior – Alternativas e Adaptações Curriculares	Solicitação de Descrição de Imagem
Guia: Estudantes Surdos na Educação Profissional e Superior – conceitos, alternativas e adaptações pedagógicas	Solicitação de Adaptação de Materiais Acadêmicos
Guia: Deficiência Intelectual na Educação Profissional e Superior – Alternativas e Adaptações Pedagógicas	Solicitação de entrega de almoço/marmitex para pessoas com deficiência
Guia: O estudante com Altas Habilidades -Superdotação no Ensino Profissional e Superior	Solicitação de apoio a trabalhos e pesquisas acadêmicas
Guia: Estudantes com cegueira na educação superior	
Guia: Estudantes com Deficiência Auditiva na Educação Superior: Como favorecer a comunicação e a aprendizagem?	
Minimanual de Acessibilidade Comunicacional	
O que é Descrição de imagem? Tutorial: Inserindo legenda em vídeos Acessibilidade em videoaulas para estudantes com deficiência auditiva	

Fonte: Portal UFSM/RS (2023). Adaptado pelo autor.

Diante disso, a UFSM/RS, com o passar dos anos, vem buscando proporcionar ao alunado/discente as ações afirmativas inclusivas, através de mecanismos e instrumentos que norteiam essa conjuntura, mesmo que haja uma diversidade de limitações burocráticas institucionais que dificultem com a promoção da educação de forma efetiva.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste trabalho, vamos utilizar critérios para analisar os documentos selecionados através do Manancial da UFSM, que são pesquisas relacionadas à inclusão do acadêmico da educação especial na universidade.

Inicialmente, o foco é descrever e analisar os objetivos, a metodologia e os resultados de cada trabalho, apresentando-os de forma individual e detalhada. Assim, poderemos ter uma visão geral de cada trabalho e compará-los entre si. E, na sequência iremos descrever e analisar o que cada trabalho fala acerca dos acadêmicos da Educação Especial UFSM, identificando as principais dificuldades, avanços e desafios encontrados pelos autores.

Abaixo, as Produções acadêmicas da Universidade Federal de Santa Maria/RS – 2015 a 2023 dos trabalhos selecionados para análise:

a) Produção 01

A produção P1 tem por objetivo compreender a percepção dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar inserida no Atendimento Educacional Especializado - AEE no âmbito da Educação Superior no Estado do Rio Grande do Sul/RS.

O referido documento demonstrou que a implementação da AEE no Ensino Superior anseia a emergência da aplicabilidade, para que, assim, os estudantes com deficiência e TEA, possam sentir-se incluídos, promovendo, desta maneira, com o processo formativo. Observa-se que há uma orientação para a formação de uma equipe interdisciplinar como mecanismo de intervenção e, posterior, inclusão desses sujeitos no âmbito educacional.

A produção P1 realiza uma análise dos documentos regulatórios da Educação no Ensino Superior, bem como da implementação da Educação Especial e Inclusiva no contexto das Universidades.

Um dos pontos importantes apontados pela produção P1 é a destinação do quantitativo de vagas em caráter de reserva a serem ocupadas pelas pessoas com deficiência que, por sua vez, acaba por facilitar o acesso à educação. Contudo, há ainda um processo formativo defasado, pois para o fomento do ensino-aprendizagem dos estudantes, as Universidades Federais devem organizar-se e estabelecer uma estruturação adequada para o recebimento desses alunos.

Dentro das abordagens realizadas na P1, identifica-se que a formação e qualificação docente é primordial para que haja uma efetiva funcionalidade no ensino aprendizagem do aluno PCD, devendo existir uma articulação entre os docentes da educação especial e demais professores das diversas disciplinas da instituição de ensino.

Essa articulação proporciona a realização de um planejamento adequado, traçando metas e criando estratégias efetivas para a promoção da integralidade, equidade e autonomia dos sujeitos nela inseridos.

A produção P1 tem como locus de desenvolvimento a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) da Universidade Federal de Santa Maria/RS, o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas e o Núcleo de Apoio à Aprendizagem.

Esses Núcleos buscam promover a acessibilidade e permanência no âmbito acadêmico tanto dos estudantes quanto dos servidores com deficiência, realizando o acompanhamento e o monitoramento do alunado advindo do sistema de cotas e demais critérios de inserção no ensino superior, visando apreender, adaptar e reduzir as desigualdades sociais e educacionais, como também, fragmentar o estigma incapacitista existente intrínseco na sociedade.

Cabendo ainda, a oferta de um atendimento psicossocial, psicológico, psicopedagogo, e a devida orientação profissional àqueles estudantes em processo de inclusão e permanência no ensino superior.

A produção 01 destaca que, apesar do crescente número de estudantes com deficiência ingressantes na Educação Superior, muitas vezes a universidade não apresenta subsídios suficientes para mantê-los no curso e para a conclusão dos mesmos. No entanto, a CAED da UFSM é composta por três núcleos, sendo um deles o Núcleo de Acessibilidade, que tem por objetivo oferecer condições de acessibilidade

e permanência aos acadêmicos e servidores com deficiência da UFSM. A produção destaca também que a equipe interdisciplinar da CAED tem contribuído para o atendimento educacional especializado, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência na universidade.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência na Educação Superior, a autora destaca a falta de subsídios para a permanência no curso e para a conclusão do mesmo, bem como a falta de preparo dos professores para a inclusão e a realização de adaptações necessárias para a aprendizagem desses alunos. Os avanços identificados pela autora estão relacionados à atuação da equipe interdisciplinar da CAED, que tem contribuído para a inclusão de estudantes com deficiência na universidade. Além disso, a autora destaca que a pesquisa realizada pode ter contribuído para a possibilidade de um atendimento diferenciado aos estudantes com deficiência na Educação Superior.

Por fim, os desafios encontrados pela autora estão relacionados à necessidade de formação de professores para a inclusão e à importância da união do educador especial com o professor das disciplinas, para que juntos consigam traçar metas e criar estratégias para efetivar o ensino com equidade e autonomia.

b) Produção 02

O referido estudo encontra-se vinculado ao Curso de Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria. A abordagem realizada no estudo P2 é direcionada para a avaliação da perspectiva docente e o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

O referido trabalho, enfatiza a ocupação das vagas reservadas aos estudantes com deficiência e o quanto à docência é importante no processo ensino-aprendizagem desses sujeitos. E, para que isso ocorra, é necessário que as instituições de Ensino Superior criem condições para que os estudantes sejam integrados ao meio acadêmico corroborando que haja a promoção e o desenvolvimento psicossocial do alunado.

A política pública educacional inclusiva vem se tornando uma temática de debates no âmbito acadêmico, ressaltando a propositura de uma formação adequada, do processo de adaptabilidade institucional e da acolhida dos estudantes nas

instituições de ensino e com isso fortalecendo os princípios da igualdade, equidade e integralidade.

Compreende-se, a partir da análise P2, que a Educação Superior passa a exigir dos estudantes com deficiência, uma maior autonomia e uma proatividade, levando em consideração as barreiras e limitações postas pelas particularidades vivenciadas, sem que haja por parte da unidade estudantil algum tipo de discriminação ou preconceito.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) torna-se dentro da perspectiva inclusiva uma metodologia e/ou estratégia dinâmica de fortalecimento do ensino-aprendizagem, em que passa a identificar, elaborar e organizar os recursos necessários para que o acesso à educação ocorra, conduzindo as limitações e barreiras postas pelas deficiências em suas individualidades e especificidades, para um rol de possibilidades que diversificam de forma lúdica o ato de lecionar e promover cidadania e autonomia durante o desenvolvimento estudantil.

A produção P2 realiza uma crítica ao processo de formação e qualificação dos docentes inseridos no âmbito da educação especial, diante da inexistência de uma preparação ou um direcionamento pedagógico condizente com os anseios dos alunos com deficiência.

Outro ponto explanado pela produção P2 é o fato de alguns desafios institucionais e governamentais se colocarem como barreiras para o desenvolvimento educacional da comunidade acadêmica com PCD, a exemplo da falta de recursos para a uma ampliação dos espaços/salas de AEE; bem como a contemplação do debate e das possibilidades de reconhecimento por parte docente da inadequação dos procedimentos pedagógicos generalistas e engessados que não corroboram com o aprendizado das pessoas com deficiência.

Dentro desse contexto, percebe-se que a aceitação da prática inclusiva por parte dos docentes é algo que determina todo o processo educacional, pois é perceptível que a formação acadêmica não consegue abarcar todas as necessidades e especificidades identificadas para a oferta da Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior, sendo pertinente que haja uma preparação e qualificação docente para a realização do ato de educar de forma eficiente.

A produção P2 enfatiza a importância da defesa por uma educação democrática e inclusiva, devendo ter um compromisso com a formação dos alunos com deficiência e suas especificidades, compreendendo que a transformação ocorrida

na vida do sujeito não ocorre apenas nos "muros" institucionais, pois o ato de educar/lecionar proporciona o desenvolvimento em outras áreas da vida de cada estudante.

c) Produção 03

A produção acadêmica P3 tem por objetivo realizar uma discussão acerca das condições para a permanência dos estudantes com deficiência visual na Universidade Federal de Santa Maria.

O estudo em questão, passa a traçar uma abordagem histórico-crítica referente aos desafios postos às pessoas com deficiência, especificamente, aqueles com deficiência visual e, o que os atos normativos que regem sobre o Direito da Pessoa com Deficiência e a inserção no âmbito da Educação Superior enfatizam para que a perspectiva do direito seja viabilizada.

A fundamentação teórica do trabalho P3 mostra as questões históricas, de definição e diferenciação/ conceituação entre Cegueira e Baixa Visão; a contemplação dos marcos histórico-legais, enfatizando a importância da permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

Ressalta-se a utilização das metodologias ativas, a partir da adaptação das salas de aulas comuns a todos estudantes, bem como a sala de Atendimento Educacional Especializado, e o uso dos recursos tecnológicos para que assim, haja a possibilidade do ensino audiovisual para as pessoas com deficiência visual.

O estudo P3 tem por base a perspectiva dos estudantes com deficiência visual inseridos na UFSM, em que é analisada as percepções da inserção e continuidade no âmbito acadêmico. Assim, observou-se que todos os estudantes selecionados pelo estudo enfatizaram que o maior problema existente é a falta de preparo por parte do corpo docente da instituição para atuar diretamente com PCD; a falta de material e recursos suficientes para o processo ensino-aprendizagem não condiz com a necessidade estudantil, pois não contribui com a efetivação da política educacional e inclusiva.

Os docentes precisam ter uma preparação direcionada para o Braille, ofertando, assim, a produção do conteúdo e efetivando o acompanhamento dos estudantes nas atividades repassadas. Outro ponto em questão na P3 é, a exigência de material impresso, em pdf e/ou Word, dificultando, assim, a apreensão dos

conteúdos repassados. A apresentação em Slides, acaba por "escantear" o aluno com Deficiência Visual, tendo em vista que não terá o contato direto com o material explanado em sala de aula, tendo a única fonte de conhecimento, a voz do leitor dos Slides - professores ou demais alunos.

O estudo P3 aborda também a questão do alojamento estudantil, em que os estudantes PCD possuem acesso e são contemplados também com a moradia. No entanto, identificou que há barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso e a mobilidade dos deficientes visuais, a exemplo da inexistência de uma rampa de acesso até a unidade de moradia do alojamento estudantil. O alojamento chega a comportar cerca de 80 alunos em um único quarto.

Para desviar das barreiras existentes e permanecerem no processo formativo, os estudantes com deficiência visual, passam a readequar e adaptar, de forma criativa, a própria adaptabilidade. E isso demonstra a falha institucional para a não oferta da Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior em conformidade com a lei e com a necessidade humana. Atualmente, os alunos que adentram nos espaços estudantis, permanecem na universidade por conta de um esforço próprio, pois, institucionalmente, há muito a ser desenvolvido e promovido.

No decorrer da produção 03, a autora também destaca alguns avanços e iniciativas positivas por parte da universidade ao longo dos anos, como a criação do Núcleo de Acessibilidade e a oferta de cursos de capacitação para professores e funcionários da universidade sobre a inclusão de pessoas com deficiência e a disponibilização de recursos e materiais adaptados para os estudantes. Apesar desses avanços, a produção aponta que ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir a inclusão plena dos acadêmicos com deficiência visual na UFSM.

A autora afirma a importância de se ouvir a voz desses estudantes e de se promover uma cultura de inclusão e respeito na universidade. Além disso, sugere a necessidade de investimentos em infraestrutura e tecnologia para garantir a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais da universidade.

d) Produção 04

O estudo P4 tem como fundamento a perspectiva Vygotskiana, tendo por objetivo perceber as narrativas dos docentes e demais equipes pedagógicas que

buscam promover os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual inseridos na Educação Superior.

A produção P4 apresentou alguns elementos importantes para o debate da Educação Especial e Inclusiva para as pessoas com deficiência intelectual. Inicialmente, foi realizado um mapeamento para identificar os sujeitos que se encontram inseridos na Educação Superior. Para isso, a autora utilizou os dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior entre os anos de 2014 a 2016 que, demonstrou a expressa ampliação na ocupação das vagas existentes para PCD.

A partir do ano de 2016, essa realidade sofrera grandes modificações, tendo em vista a exigência determinada pela Lei nº 12.711 de 2012, em que direciona a oferta de vagas para PCD em todas as Instituições Federais de Ensino.

A produção P4 teve como base de fundamentação a participação de 17 instituições de ensino que, por sua vez, identificou a existência de 54 discentes matriculados com deficiência intelectual.

Dentro dos instrumentos técnicos para a realização do mapeamento, utilizou-se os documentos de autodeclaração e, a partir disso, verificou-se que as instituições de ensino tinham esse instrumento como forma de diagnosticar a existência de PCD na Educação Superior. Contudo, as 05 Universidades Federais que utilizavam esse instrumento, não possuíam um sistema de reserva de vagas direcionadas para as PCD.

O estudo P4 reforça o entendimento que esse tipo de instrumento não deva ser mais utilizado diante dos aspectos burocráticos e de fragmentação decorrente de sua aplicação.

Atribuir aos próprios sujeitos a responsabilidade de se identificarem na condição de deficientes intelectuais pode, além de possibilitar a inclusão nessa categoria de pessoas que não a possuem, também manter muitos sujeitos na condição de invisibilidade (BREITENBACH, 2018, p. 128)

O referido estudo salienta que pode ocorrer uma ampliação no número de matrículas de pessoas com deficiência intelectual com o passar do tempo, pois os dados do Censo da Educação Superior demonstram essa possibilidade, sendo, apenas necessária a implementação de mecanismos por partes das Universidades em promover as ações afirmativas voltadas para a Educação Especial e Inclusiva.

Observa-se que, a produção P4 realiza uma abordagem em uma totalidade, ressaltando críticas pertinentes para o a promoção e viabilização do acesso ao Ensino

Superior. Aponta as medidas e alternativas para que os estudantes PCD's possam adentrar e permanecer em processo formativo, bem como aponta a falta de interesse por parte das Gestões, dos Docentes e da própria sociedade em viabilizar o direito das pessoas com deficiência visual nos espaços acadêmicos.

O desinteresse em planejar aula, a partir da adequação e inserção das metodologias ativas, tecnologias e lúdicas, como forma de ofertar o caráter inclusivo em sala de aula, é pautado no estudo P4 como algo praticado por parte docente. Enquanto não existir a orientação adequada, o reconhecimento, a valorização docente para que haja o aprimoramento das especialidades e o interesse em lecionar para esse público, os estudantes com deficiência visual serão os mais afetados dentro dessa dinâmica.

A produção 04 destaca também a dificuldade das universidades em estruturar Núcleos de Acessibilidade e acentua que, nas instituições multi-campi, essa dificuldade tende a não ser atendida de modo igualitário. Entre os avanços, o autor destaca que a conclusão da graduação e a atuação profissional são vistas como algo possível para alguns dos estudantes com deficiência intelectual, mas não para todos. Além disso, a produção 04 destaca que há docentes que estabelecem uma relação de afetividade com esses estudantes e não conseguem transcendê-la, deixando em segundo plano a preocupação com a aprendizagem.

e) Produção 05

A produção P5 traz uma renovação do debate existente na UFSM/RS a respeito da promoção do AEE no interior dos Cursos de Graduação da referida instituição de ensino. A produção P5 reafirma a necessidade de ampliação e a contribuição que a reserva de vagas destinadas para as pessoas acometidas por alguma deficiência desde o ano de 2007, introduzido a partir da efetivação da Resolução nº 011, que institui o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social que corroborou, desde então, para que os estudantes com PCD pudessem adentrar no Ensino Superior.

A produção P5 apontou que os docentes da Educação Especial realizam suas atividades para além do atendimento individualizado, realizando, estrategicamente, a ludicidade como metodologia alternativa de ensino, tendo em vista que o lúdico direciona a aplicabilidade do ensino-aprendizagem para a transformação cotidiana da

vida do sujeito, levando-os a compreenderem as relações sociais que permeiam sua vida social, bem como as barreiras e lacunas existentes na sociedade de forma mais dinâmica.

Essa relação do Ensino inclusivo com a ludicidade proporciona uma maior adaptabilidade ao ambiente acadêmico, bem como readequar às necessidades individuais dos sujeitos inseridos no AEE a forma de ensinar e apreender o conteúdo repassado em sala de aula.

Outro ponto abordado no estudo P5, é a relação dos Gestores institucionais que buscam trabalhar sob a ótica da Gestão Democrática, buscando analisar as percepções dos demais professores da Educação Especial a respeito do ensino direcionado as pessoas com deficiência, efetivando na elaboração de um Projeto Político-Pedagógico e um Regimento Escolar direcionado para o atendimento desse público.

O estudo 05 realiza uma reavaliação acerca da promoção de ações assertivas realizadas pelos Núcleos democráticos existentes na UFSM/RS, principalmente, aquele realizado pela CAED que, conseqüentemente oferta disciplinas comuns aos demais alunos, como português, física, química e matemática; como também, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os serviços tem como público-alvo, os alunos acometidos do Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação, Deficiência Intelectual e Surdez.

A produção 05 aponta que os professores enfrentam desafios diante da intenção de desenvolverem um trabalho articulado com as professoras da sala regular de ensino. Além disso, a autora também relata sua própria experiência como bolsista de Pós-Graduação da Educação Especial no projeto “Redes de Aprendizagem”, vinculada à Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) no setor Núcleo de Acessibilidade da UFSM. O objetivo do projeto foi “propor o acompanhamento pedagógico dos estudantes em caráter preventivo e de acompanhamento dirigido nos casos em que se deflagram os problemas no aprender”. A partir dessa experiência, a autora sentiu-se motivada a olhar para os serviços da Educação Especial no contexto da Educação Superior, considerando que em tempos de inclusão é fundamental conhecer o processo de ingresso e permanência dos estudantes com deficiência, bem como identificar os possíveis fatores e ações que contribuem para este processo.

A produção 05 destaca as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam na Educação Especial na UFSM. Enquanto as professoras da Educação

Especializam utilizam recursos metodológicos de forma lúdica e não restringem seu trabalho somente ao atendimento individualizado, elas enfrentam desafios para desenvolver um trabalho articulado com as professoras da sala regular de ensino.

Por outro lado, a autora enfatiza a importância de conhecer o processo de ingresso e permanência dos estudantes com deficiência na Educação Superior, bem como identificar os possíveis fatores e ações que contribuem para este processo. No entanto, esses avanços também estão sujeitos a desafios.

Um dos desafios pode ser a falta de recursos e estrutura adequada para atender às necessidades dos estudantes com deficiência na universidade. Isso pode incluir a falta de equipamentos e tecnologias assistivas, bem como a falta de acessibilidade física e digital nos espaços universitários, entre outros aspectos.

Outro desafio importante é a falta de formação e capacitação adequada dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na universidade. É crucial que esses profissionais possuam conhecimento e habilidades específicas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, além de lidar com as questões relacionadas à inclusão e acessibilidade.

Além disso, a falta de articulação e diálogo entre os profissionais que atuam na Educação Especial e os demais profissionais da universidade pode ser um desafio significativo. É fundamental que haja uma comunicação efetiva e colaboração entre esses profissionais para garantir a inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência na universidade. A superação desses desafios é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade no ensino superior.

4.1. Síntese das Análises

Após a leitura dos materiais publicados no Manancial da UFSM/RS, bem como a escolha das produções P1, P2, P3, P4, P5, como base de fundamentação desse trabalho, nos deparamos com materiais embasados com informações pertinentes para o debate acerca da inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior e em que pesa as ações assertivas ofertadas pela UFSM/RS e, conseqüentemente, os desafios postos para a permanência e continuidade dos estudantes no processo de formação acadêmica.

Alguns pontos em comum foram observados entre todos os trabalhos analisados:

1. Formação Docente ineficiente e, em alguns casos, inexistente;
2. A defasagem das ações assertivas direcionadas para a permanência dos estudantes PCD's na instituição;
3. O processo de acessibilidade inadequado em alguns espaços decorrente da barreira arquitetônica não contemplar as necessidades dos discentes;
4. A permanência dos estudantes com Deficiência é o maior gargalo da UFSM, pois a conclusão dos Cursos de Graduação é quase irrisória;
5. Os materiais pedagógicos elaborados pelos docentes não contemplam as necessidades individuais dos estudantes;
6. Em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) há a defesa preeminente na oferta e ampliação da Sala do AEE para todos os estudantes acometidos por alguma deficiência na UFSM/RS. Mas, é preciso que haja uma equipe multidisciplinar preparada para realizar o atendimento de forma lúdica, dinâmica e que busque contribuir para que as barreiras do desenvolvimento educacional sejam rompidas;
7. Observou-se que todos os trabalhos também ressaltam a importância dos Núcleos que ofertam mecanismos e estratégias de inclusão, de cotas, acessibilidade e acompanhamento das pessoas com deficiência objetivando a permanência nos espaços educacionais da UFSM/RS;
8. Os atos normativos legais que direcionam a reserva de vagas para a Educação Especial e Inclusiva nas Universidades Federais, bem como aqueles emitidos pela Instituição de Ensino são indagados por todas as produções acadêmicas como base e defesa da pessoa com deficiência para o acesso à Educação.

5. CONCLUSÃO

A análise abrangente das cinco produções revela um cenário complexo e multifacetado no contexto da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. As produções P1 a P5 oferecem um panorama detalhado das barreiras enfrentadas, bem como das iniciativas e avanços que vêm moldando o cenário educacional nas instituições de ensino superior. A inclusão não se limita apenas ao acesso físico, mas se estende à criação de ambientes inclusivos que garantam não só a presença, mas a permanência e uma experiência educacional de qualidade para os estudantes com deficiência.

Os estudos revelam desafios persistentes, desde a falta de recursos e estrutura adequada, incluindo barreiras arquitetônicas e a carência de tecnologias assistivas, até a necessidade premente de formação e capacitação adequada dos profissionais envolvidos na Educação Especial. A inexistência de uma comunicação eficaz entre os profissionais da Educação Especial e os demais docentes contribui para a falta de colaboração e articulação, elementos cruciais para a implementação de práticas inclusivas efetivas.

Os avanços identificados, como a presença de Núcleos de Acessibilidade e a promoção de ações afirmativas, são indicativos promissores. As práticas pedagógicas inovadoras, como a adoção da ludicidade como metodologia alternativa de ensino, sugerem uma abordagem mais holística e inclusiva, visando atender não apenas às necessidades acadêmicas, mas também ao desenvolvimento social e emocional dos estudantes com deficiência.

No entanto, o progresso dessas práticas enfrenta obstáculos substanciais. A falta de interesse por parte das gestões e dos docentes, somada à resistência na adaptação de métodos pedagógicos, indica a necessidade premente de mudanças estruturais e culturais nas instituições de ensino superior. É imperativo transcender o aspecto meramente físico da inclusão e trabalhar para criar ambientes inclusivos, que ofereçam suporte efetivo às necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

Diante desse panorama, a superação desses desafios requer um comprometimento coletivo, que vai desde a implementação de políticas inclusivas e a oferta de recursos adequados até a promoção de uma cultura institucional que valorize e promova ativamente a inclusão e a diversidade. A educação inclusiva não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas um compromisso em proporcionar igualdade de oportunidades e garantir uma educação de qualidade para todos. É essencial que as

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). 2010. UFSM. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1484>. Acesso em: 15/05/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>.

GLAT, R; PLETSCHE, M. D; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241006.pdf>. Acesso em: 15/05/2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 15/05/2023.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16/05/2023.

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTINS, D. A; LEITE, L. P; LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 23, p. 984-1014, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/kthK5F8TxS7Q49BpLnJLFvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/05/2023.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M.; ARANTES, F. Austeridade e impactos no Brasil: ajuste fiscal, teto de gastos e o financiamento da educação pública. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n. 33, p. 1-19, set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED)**, RS: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/nucleo-de-acessibilidade> Acesso em: 17 de agosto de 2023.

